

CENTRO HISTÓRICO DE VITÓRIA E SEUS LIMITES

Projeto Visitar – Um povo, uma cidade, uma história

O Projeto Visitar foi criado em 2006 pela Prefeitura Municipal de Vitória como parte de uma política pública para revitalização do centro da cidade. A criação de roteiros turísticos, o monitoramento nos monumentos, o envolvimento da comunidade, a preservação da memória, as pesquisas e a difusão cultural fazem parte das diversas atividades desse projeto, que se propõe a resgatar os caminhos da história.

O objetivo maior do Projeto Visitar é promover e consolidar o Centro Histórico de Vitória. Para isso, transforma a visitação ao patrimônio e o incentivo à cultura das comunidades locais em uma oportunidade de levar os moradores e turistas a conhecer os símbolos e bens que os povos construíram ao longo dos tempos.

Para início das atividades do Projeto Visitar houve a necessidade de se saber quais os limites exatos do Centro Histórico de Vitória, qual sua extensão e como surgiu. Foi com esse intuito, já dentro da proposta de Revitalização do Centro de Vitória, que várias entidades governamentais e não governamentais iniciaram um debate em torno do tema.

Dentre as instituições que participaram da discussão estavam a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), representada pela Mestre em História Leonor Araújo; a Secretaria de Desenvolvimento da Cidade (SEDEC) – Revitalização Urbana –; a Companhia de Desenvolvimento de Vitória (CDV) e o Instituto Goia. Em consonância, acordaram que a região denominada *Centro Histórico de Vitória* está compreendida desde o Forte São João até o Mercado da Vila Rubim. Essa definição foi apresentada e homologada pela Secretaria Estadual de Cultura (SECULT) e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Para sabermos como essas delimitações foram dadas, precisamos conhecer a evolução da cidade de Vitória por meio de sua história. Passemos, então, a ela.

A história

A história da colonização do Espírito Santo começa com a chegada do fidalgo português Vasco Fernandes Coutinho e da tripulação da nau Glória, em 1535, à capitania do Espírito Santo¹. Aportando numa prainha, eles logo foram recepcionados de forma agressiva pelos nativos (conforme relatos dos portugueses colonizadores)² e fixaram-se, fundando, assim, a Vila do Espírito Santo.³

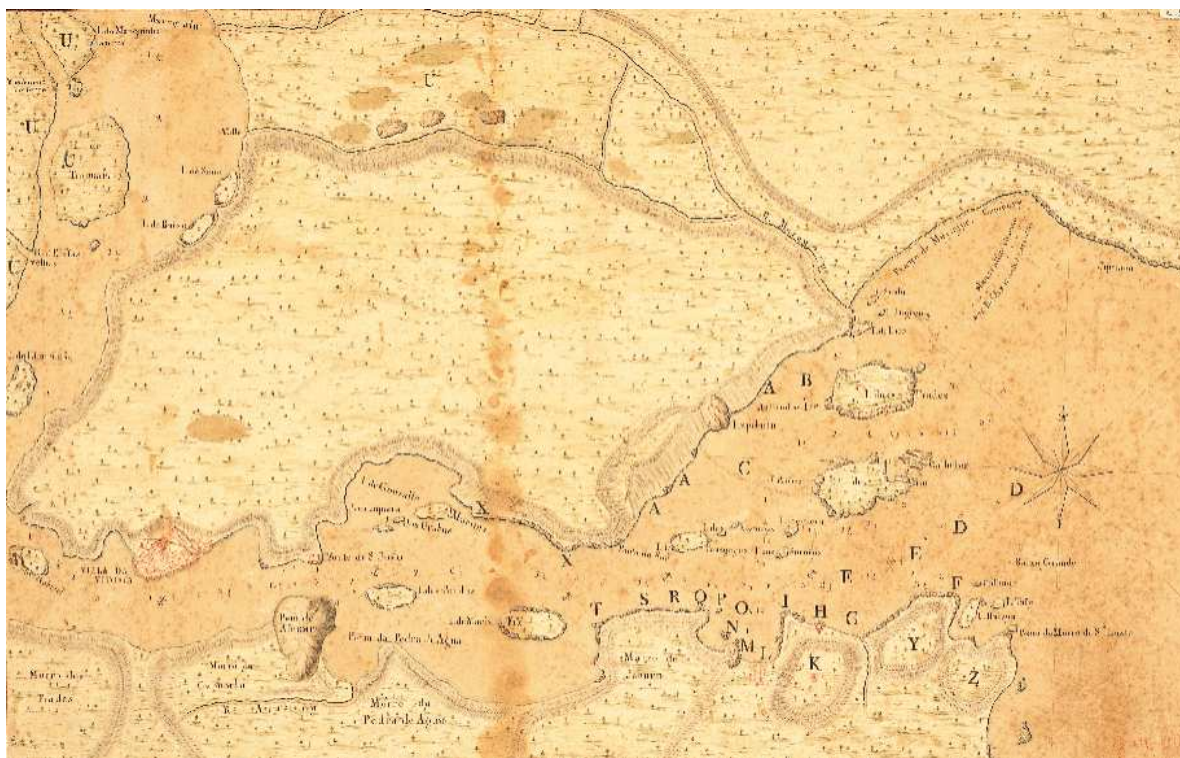


Figura 1 – mapa da baía de Vitória do século XVIII, onde se vê toda a ilha de Vitória e parte da Vila do Espírito Santo. Essa vila está circundada na cor azul e o núcleo inicial de Vitória está circulado de verde.

Contudo, a investida dos indígenas contra os portugueses foi constante, o que levou o donatário a lutar para expulsá-los. Na provável data de 1537⁴, chegou à capitania do Espírito Santo o fidalgo Duarte Lemos, que vivia na Bahia e ajudou o donatário nessa batalha. Em retribuição a seus esforços contra os nativos, Vasco Coutinho doou a ilha de Santo Antônio (atual ilha de Vitória) a Duarte de Lemos em 15 de junho de 1537⁵.

¹ * Graduada em História pela Universidade Federal do Espírito Santo.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 3ed, 2008, p. 26.

² *Ibid.* p. 37.

³ RUBIM, Francisco Alberto. **Memórias para servir à História até o ano de 1817**. Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1840.

⁴ OLIVEIRA, p. 42.

⁵ *Ibid.* p. 42.

Anos mais tarde (1551) Vasco Coutinho, em prol da segurança dos habitantes da capitania, transferiu a sede da capitania para a ilha de Santo Antônio, aquela que pertencia a Duarte de Lemos e passou a se chamar *Villa da Victória*. Dessa maneira, iniciou-se a história da cidade de Vitória.

Seu núcleo fundacional foi estabelecido em cima de um platô com uma encosta de aproximadamente 30 metros de altura. Essa região atualmente é denominada *Cidade Alta*. O platô era delimitado pelo mar, pelo relevo do Maciço Central (hoje conhecido como Morro da Fonte Grande) e pelas áreas alagadiças. Todos esses elementos serviam como limitadores para o crescimento da vila ⁶.



Figura 2 – núcleo inicial da Vila da Vitória. Mapa de meados do século XVIII.

Nesse núcleo, instalou-se a Companhia de Jesus, representada por Afonso Brás e pelo irmão leigo Simão Gonçalves. No ano de 1551, eles deram início à construção do Colégio e Igreja São Tiago (atual Palácio Anchieta). Os jesuítas ajudaram no desenvolvimento e organização da capitania. Logo implantaram fazendas e aldeias ao longo do litoral do Espírito Santo. As fazendas destinavam-se à produção do sustento dos jesuítas e as aldeias, à catequese dos nativos.

⁶ KLUG, Letícia Beccalli. **Vitória: sítio físico e paisagem**. Vitória: EDUFES, 2009.

No período inicial da Vila de Vitória, o casario era baixo e contínuo ⁷ e respeitava a configuração do terreno colonial, conforme os portugueses estabeleciam para pequenos núcleos, com “ruas tortuosas, com terrenos e quadras de dimensões irregulares, refletindo a topografia da colina” ⁸. Percebia-se uma ocupação mais horizontal, podendo-se contemplar o Maciço Central ao fundo, uma visão bucólica da vila, mas tendo sempre em destaque as igrejas, os edifícios mais altos da vila. E foi a partir dessa região que a cidade de Vitória se expandiu e se desenvolveu.

No final do século XVI, a capitania do Espírito Santo foi considerada uma das mais prósperas da colônia brasileira, tendo em seu território seis engenhos de açúcar ⁹, “número maior do que o total existente nas capitanias de Porto Seguro, São Vicente e São Tomé (Rio de Janeiro)” ¹⁰. Como nos revela Tomé de Souza em uma carta ao rei português D. João III: “O Espírito Santo é a melhor e a mais rica capitania que há na costa do Brasil” ¹¹.

A descoberta de ouro e pedras preciosas nas regiões interioranas da capitania do Espírito Santo gerou entraves ao desenvolvimento das vilas litorâneas, incluindo a *Villa de Vitoria*, sede da capitania. Para a proteção da região mineradora foi estabelecida a construção de fortes para proteção contra invasores e também a proibição de aberturas de estradas em direção às minas para evitar o contrabando das preciosidades ali encontradas.

⁷ MONTEIRO, Peter Ribon. **Vitória: cidade e presépio; os vazios visíveis da capital capixaba**. São Paulo: Annablume: Fapesp; Vitória: Facitec, 2008, p. 72.

⁸ KLUG, p. 19.

⁹ CARDIM, Pe. Fernão *Apud* LIMA JÚNIOR, Carlos Benevides. **Baía de Vitória: aspectos históricos e culturais**. Vitória: Editora Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, 1995, p. 30. Ver também SCHAYDER, José Pontes. **História do Espírito Santo: uma abordagem didática e atualizada – 1535-2002**. Campinas, SP: Companhia da Escola, 2002, p. 26.

¹⁰ SCHAYDER, p. 26.

¹¹ Carta de Tomé de Souza *Apud*: SCHAYDER, p. 24.

**A CAPITANIA DO E. SANTO
SEGUNDO A CARTA RÉGIA**



Este mapa – copiado por Breno Dias Fernandes, com algumas modificações, da *Geografia e História do Espírito Santo*, de Miguel A. Kill – mostra, à perfeição, o drama do que se poderia denominar a formação territorial do Espírito Santo. A proximidade das minas gerais não lhe permitiu conquistar o próprio território, estabelecido na carta de doação. Impossibilitado de marchar para o Oeste, as áreas proibidas limitaram-lhe a capacidade de expansão, impondo-lhe o papel de barreira protetora do *hinterland* cobijado pelo estrangeiro. Os vários detalhes do risco realçam outras tantas figurações que a imaginação do observador pode construir.

Figura 3 – mapa do local onde se encontrou o primeiro ouro do Brasil, Capitania do Espírito Santo. Fonte: OLIVEIRA.

Todo o escoamento do ouro e das pedras preciosas (o que gerava grande fluxo de pessoas, maior movimentação da economia e disseminação de conhecimento) era feito mais ao sul, pela capitania de São Tomé (atual Estado do Rio de Janeiro). Todos esses fatos levaram a capitania do Espírito Santo a não progredir, pois grande parte de seus esforços (e também de suas finanças) era voltado para a sua fortificação a fim de proteger a vila, mas principalmente as minas gerais.

Décadas depois, a silhueta da vila se mantinha basicamente como no início, mas já com alguns acréscimos (áreas de expansão), como o Forte São João, que pode ser observado na planta do engenheiro militar José Antônio Caldas, de 1767 (ver figura 4).

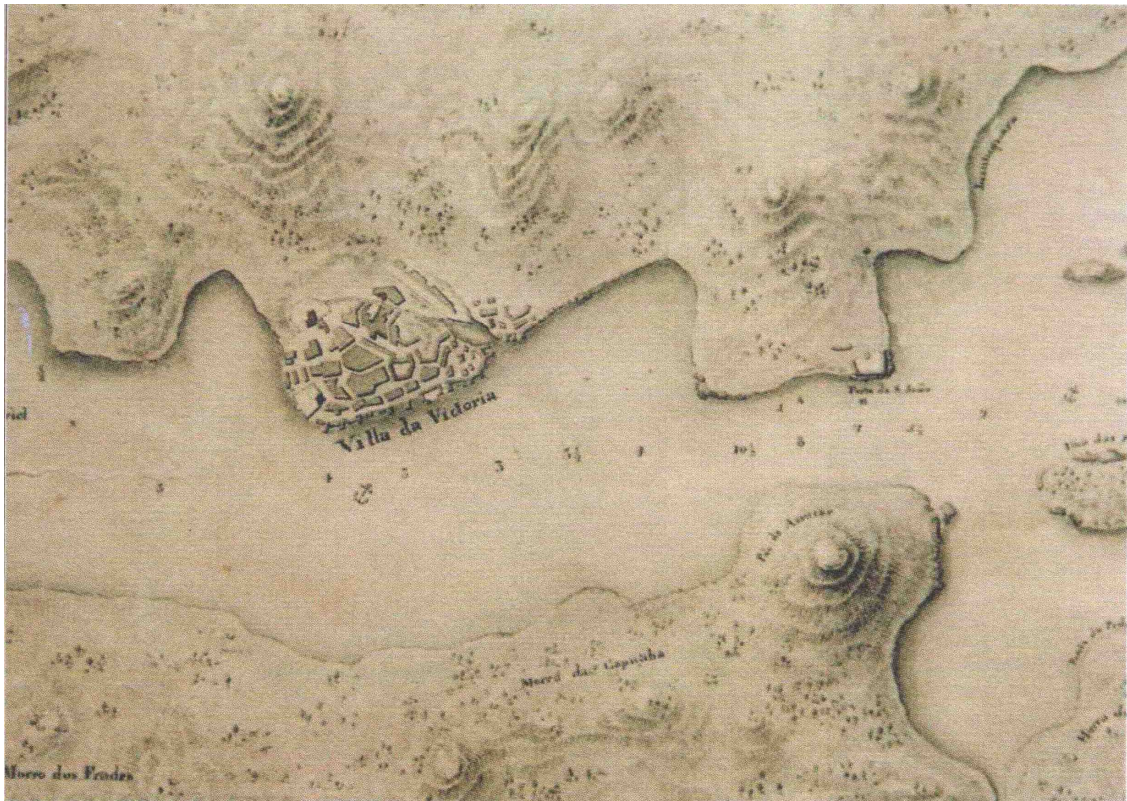


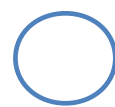
Figura 4 – mapa onde se vê a Vila de Vitória e o Forte São João em frente ao Penedo, circulado em azul.

Outra área de expansão aconteceu no Morro do Pernambuco, a partir da construção da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos em 1765. Nesse período essa região era considerada fora dos limites da vila. O terreno nesse morro foi doado à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário especificamente para a construção da igreja.

Em 1767, já se observava uma “silhueta mais fechada”¹², mas ainda horizontal. Nada muito diferente do perfil anterior e dessa forma se manteve até a primeira década do século XIX, sendo que “o contra-ponto à paisagem natural era dado pela implementação das igrejas no ponto mais alto do terreno, com posição de destaque, demonstrando o poder e a força dessas instituições”¹³.

¹² KLUG, p. 21.

¹³ *Ibid.* p. 21.



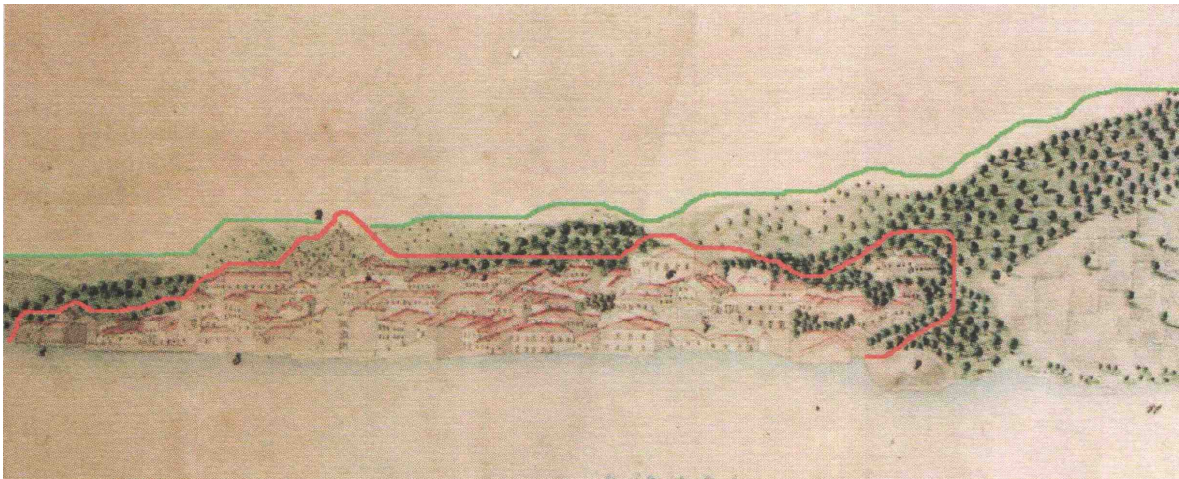


Figura 5 – a imagem mostra a silhueta da vila de Vitória em 1767 (feita pelo engenheiro militar de José Antônio Caldas). A linha vermelha mostra a silhueta da cidade e a linha verde demarca o contorno do Maciço Central. Fonte: KLUG.

Com o declínio da mineração, a capitania do Espírito Santo deixou de ser uma barreira para as minas gerais e foi intensificando suas atividades comerciais, progredindo, dessa forma, economicamente. Houve, então, a necessidade de aumentar espacialmente a vila, pois sua população vinha aumentando, bem como sua economia.

Foi nesse momento (entre 1812-1818) que começaram a ser realizados pequenos aterros, principalmente nas regiões alagadiças que existiam na vila. Dois importantes aterros dessa época foram o do Largo da Conceição (área conhecida hoje como Praça Costa Pereira) e da Lapa do Mangal (depois conhecida como Campinho e atualmente Parque Moscoso). Há de se ressaltar que os aterros não foram feitos de uma só vez, foi um processo gradativo ¹⁴. Esses aterros possibilitaram a construção de mais moradias na vila.

No ano de 1813, a partir da mobilização por recursos do governador Francisco Alberto Rubim da Fonseca e Sá Pereira (1812-1819), foi doado um terreno à Irmandade da Misericórdia. Ele era parte de uma fazenda pertencente a uma senhora cega chamada Maria de Oliveira Subtil. Esse terreno era destinado à construção de um hospital público que seria administrado pela irmandade. Somente em 1818, depois da arrecadação de fundos e do alvará do rei D. João VI ¹⁵, sua construção foi iniciada. Essa também foi mais uma área de expansão da vila de Vitória.

¹⁴ Segundo KLUG, p. 22, esses aterros foram concluídos nos anos de 1830 e 1860.

¹⁵ PIVA, Izabel M. da Penha. A Santa Casa de Misericórdia de Vitória: ação da irmandade no atendimento à pobreza em Vitória – ES (1850-1889). p. 6. **Revista Ágora**, Vitória, nº2, 2005.



Figura 6 – Foto de Victor Frond da Vila de Vitória em 1860, onde se vê o Hospital da Santa Casa da Misericórdia mais afastado circulado em azul. Fonte: TSCHUDI.

Esses espaços não ocupados, aos poucos, vão sendo apropriados e anexados à área urbana da vila de Vitória.

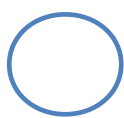
Então, no final do século XIX, mais precisamente em 1892, assumiu o governo da Província ¹⁶ José de Melo Carvalho Muniz Freire (1892-1896), que com uma política intervencionista mudou a paisagem da cidade ¹⁷ de Vitória. Grandes modificações aconteceram, como aterros de grandes proporções, elaboração de projetos, um processo de grande expansão que se estendeu até a década de 1950.

Com uma economia baseada no café, buscava-se uma modernização da cidade para se sobrepor às velhas e tortuosas linhas da vila colonial. Para que tal modernização se concretizasse necessitava-se de ruas retas e largas e é o que começou a ser posto em prática. Mas, até o final do século XIX, a cidade ainda ficava entre o aterro do Campinho e o Largo da Conceição ¹⁸. Na verdade essa delimitação se referia à área da cidade de fato (e *densamente*) habitada, pois o Forte São João ainda existia, mas estava fora dos limites da *urbis*, e o Hospital da Misericórdia estava localizado na região do Campinho.

¹⁶ O Espírito Santo se torna uma Província com a Independência do Brasil (1822).

¹⁷ Vitória recebe o título de cidade em 1823, ano seguinte à Independência do Brasil.

¹⁸ KLUG, p. 26



A silhueta da cidade, já no início do século XX não havia mudado muito em comparação com a da época da fundação. As igrejas continuavam se destacando e a paisagem natural sobressaindo.

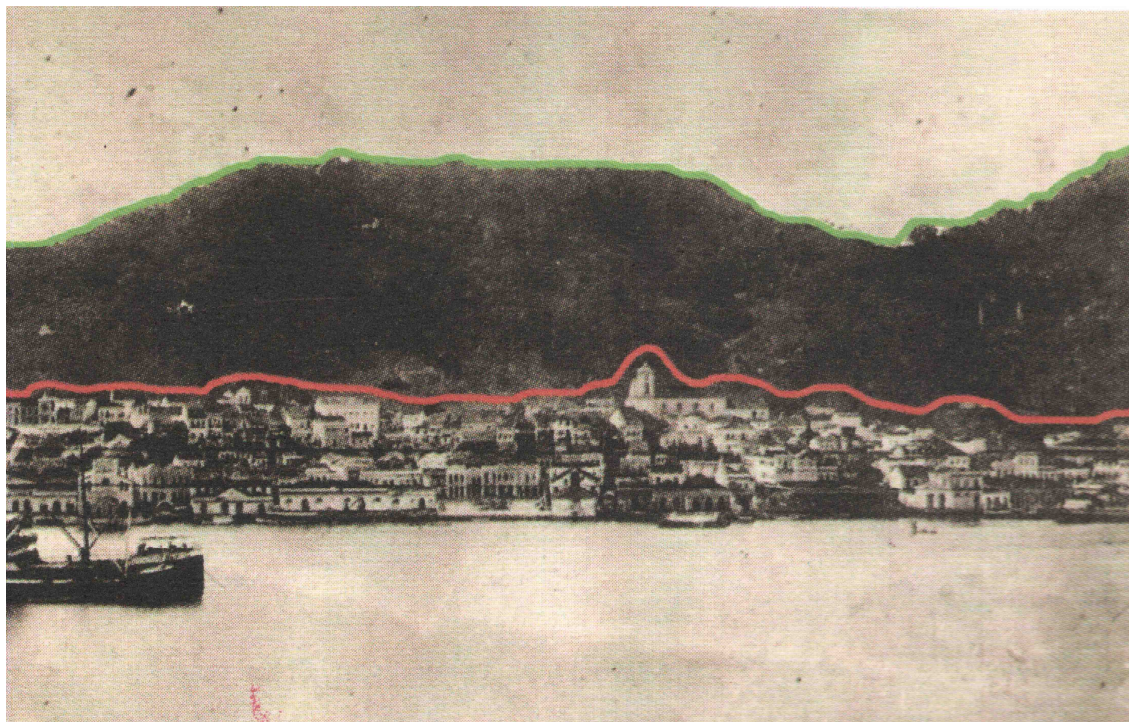


Figura 7 – imagem do início de 1909. A linha vermelha mostra a silhueta da cidade e a linha verde demarca o contorno do Maciço Central. Fonte: KLUG.

Uma das linhas mestras do governo de Muniz Freire era o “povoamento do solo”¹⁹ e, para tal, em 1895 ele criou a Comissão de Melhoramentos da Capital, liderada pelo engenheiro sanitarista Francisco Saturnino de Brito, que projetou a construção de um novo arrabalde com área cinco vezes maior que a capital Vitória.

Outro ponto relevante além da expansão urbana foi a questão sanitária, já que muitas áreas dentro da cidade eram consideradas insalubres e tornavam-se foco de frequentes epidemias. Portanto, para Saturnino eram necessárias ruas retas, amplas e longas, com quadras grandes e sem áreas alagadiças, como brejos e mangues, visando à manutenção da higiene e à boa saúde dos cidadãos. Contudo, o projeto do Novo Arrabalde não foi executado nesse governo.

¹⁹ OLIVEIRA, p. 435.

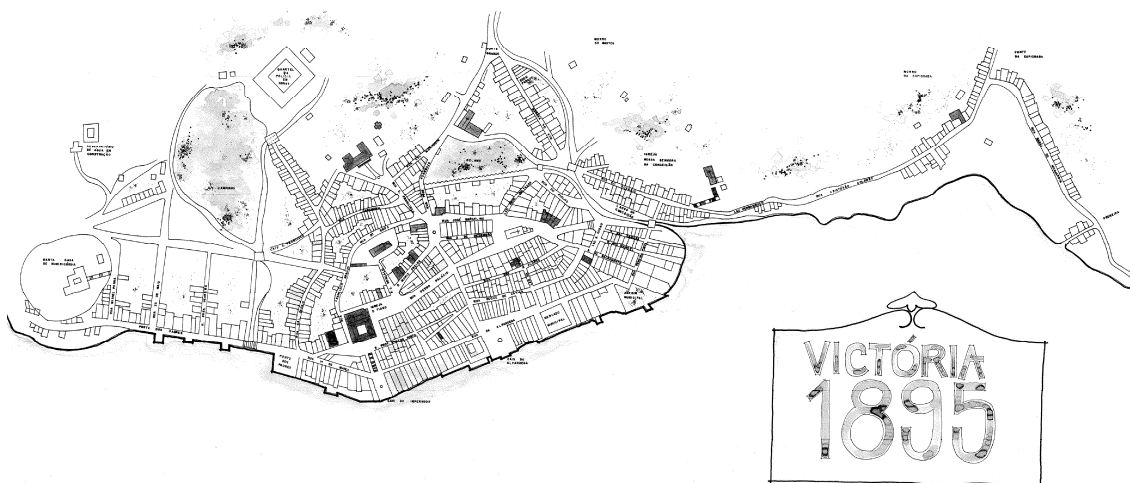


Figura 8 – Mapa de Evolução Urbana de Vitória de 1895, onde se pode ver como ela se encontrava nesse momento. Fonte: PMV/SEDEC/GPU/CRU.

Mais adiante, obras de expansão e embelezamento sensíveis seriam realizadas no governo de Jerônimo de Souza Monteiro (1908-1912) com o Plano de Melhoramento de Vitória. Tinha-se o intuito de modernizar a cidade, pois uma cidade moderna era um símbolo do ideal republicano, em voga na época.

Em sua administração foram criados a Vila e o Parque Moscoso²⁰ e realizadas as seguintes melhorias: implementação dos serviços de água e esgoto; instalação da rede de iluminação pública e privada de Vitória²¹; novas ruas retilíneas, alargamentos e aterramentos das que ficavam à margem da baía, o que possibilitou um acesso direto da população com o mar por meio de um espaço público; serviço de bondes elétricos; transformação do estilo arquitetônico dos prédios públicos em eclético, como o Palácio Anchieta²², cujo estilo colonial foi modificado pelo engenheiro francês Justin Norbert.

Com todas essas mudanças, na parte mais antiga da cidade, conhecida como *Cidade Alta*, ficaram os prédios religiosos e administrativos e, na parte “nova”, a parte baixa da cidade, ficou o comércio em geral. Depois do Forte São João, existiam algumas chácaras até chegar na Fazenda Monjardim. Além da Vila Moscoso, existia a Vila Rubim e ainda seguindo o contorno da ilha, para o lado de Santo Antônio, uma área residencial²³. A região mais densamente habitada ia da Vila Moscoso até um pouco além do Largo da

²⁰ Uma homenagem ao governador Henrique de Ataíde Lobo Moscoso, que alavancou o aterro dessa região. Alguns dizem que foi ele quem iniciou o aterro, já que o primeiro feito por Francisco Alberto Rubim da Fonseca e Sá Pereira (1812-1819) foi incipiente.

²¹ Segundo OLIVEIRA, p. 442, a primeira cidade do Estado do Espírito Santo a ter energia elétrica foi Cachoeiro de Itapemirim, em 1903.

²² KLUG, p. 31; ver também OLIVEIRA, p. 442.

²³ MONTEIRO, p. 102.

Conceição (atual Praça Costa Pereira).



Figura 9 – Mapa de Evolução Urbana de Vitória de 1910. Fonte: PMV/SEDEC/GPU/CRU.

Como pode-se notar, pouco a pouco a cidade foi evoluindo, melhorando e se expandindo, tanto de forma desordenada, quanto de forma ordenada, em sua maior parte.

Outro governador importante no processo de melhoramento e expansão da cidade de Vitória foi Florentino Avidos (1924-1928), que deu continuidade aos trabalhos de Jerônimo Monteiro, pois, afinal, depois de seu governo foram feitas algumas obras, mas nenhuma de grande expressão.

Então, por meio recursos advindos da economia cafeeira, Avidos (re)começou as obras e, para tal, criou a Comissão de Melhoramentos de Vitória. Em sua administração foi feito o aterro próximo ao Forte São João, melhorando o acesso a essa região. Também teve início a implantação do projeto do Novo Arrabalde (de 1896, do governo de Muniz Freire). Seu governo ainda registrou a realização das obras do Porto; a construção dos três primeiros galpões na região do Parque Moscoso; a construção da Ponte Florentino Avidos (chamada popularmente de Cinco Pontes), que liga a ilha de Vitória ao continente pela cidade de Vila Velha; e a abertura da larga, longa e reta Avenida Capixaba (atual Av. Jerônimo Monteiro), que modificou, inclusive, o padrão das construções que ali existiam.

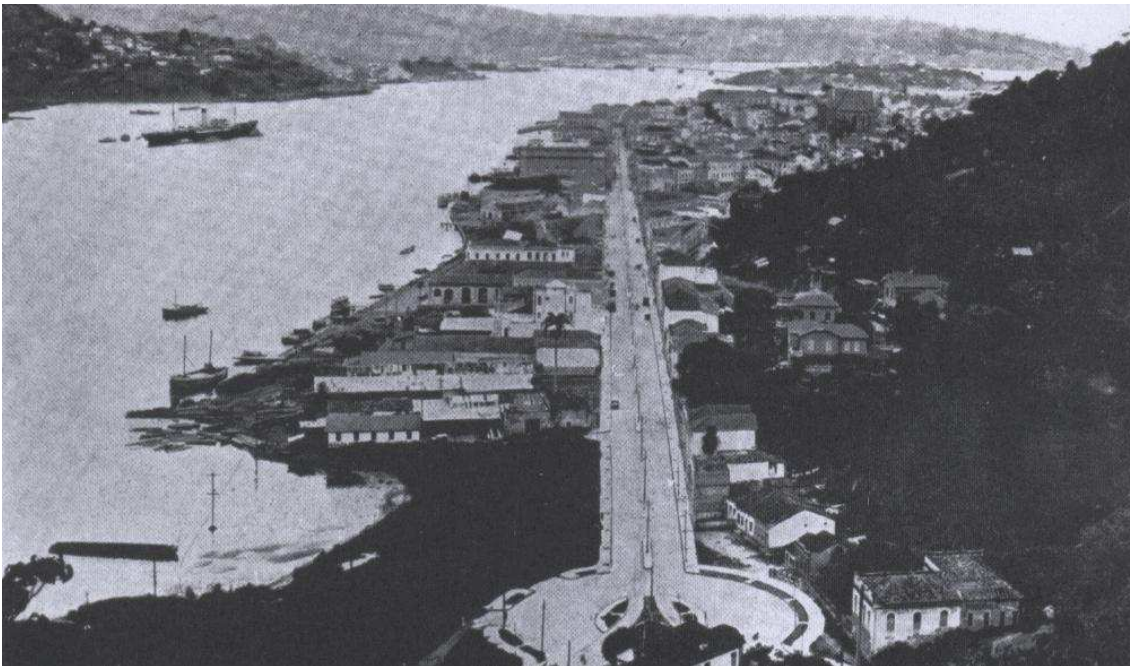


Figura 10 – Avenida Capixaba, atual Jerônimo Monteiro.

E, “nesse momento, a cidade de tipologia e dimensões coloniais, de ruas estreitas e edifícios de pequeno porte começa a romper com essa linguagem”²⁴. Vitória passou a ser uma cidade moderna, centro da cultura, da economia e da administração do Estado do Espírito Santo. Ela tornou-se de fato a principal cidade do Estado, posto que disputava com a cidade de Cachoeiro de Itapemirim.

Nesse período, Vitória passou a ser conhecida como *Cidade Presépio*. Serafim Derenzi diz que

Vitória tornou-se cidade habitável, quanto às condições sanitárias, e em pé de igualdade com as melhores capitais brasileiras. Água pura e abundante, serviço regular de limpeza pública, hospital moderno, isolamento discreto para doentes contagiantes, polícia domiciliária, laboratório de análise, ruas feericamente iluminadas, deram fama à cidade que anos após anos, ganharia o apelido de Cidade-Presépio²⁵.

Os limites da cidade iam até a Vila Rubim, a oeste, e circunvizinhanças do Forte São João, a leste. Essa era a área mais habitada. Porém, existiam moradias mais distantes, como residências espaçadas em Santo Antônio, a oeste, e o bairro Jucutuquara (1924), região de Maruípe, Praia Comprida, dentre outras, a leste.

²⁴ KLUG, p. 34.

²⁵ DERENZI, Luiz. **Biografia de uma Ilha**. 2ª Ed. Vitória, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1995, p. 163.

Sua silhueta já não era tão marcada pelas edificações religiosas (muitas foram destruídas ou remodeladas, servindo para outros usos), mas notava-se a presença de outras construções mais verticais e de grandes dimensões, como é o caso do Teatro Glória com cinco pavimentos.

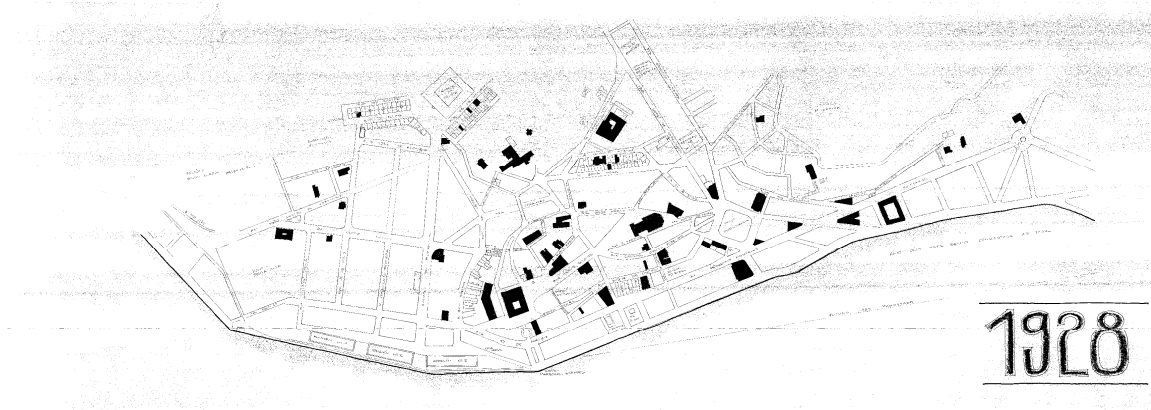


Figura 11 – Mapa de Evolução Urbana de Vitória de 1928. Fonte: PMV/SEDEC/GPU/CRU.

Nas décadas seguintes, a urbanização continuou se expandindo na região do Centro e também no Novo Arrabalde. No final da década de 1940, iniciou-se o processo de verticalização do Centro. Apesar de o Novo Arrabalde fazer parte da zona urbana da cidade e ser bem ocupado, o centro continuou a ser a região privilegiada da cidade ²⁶.

²⁶ MONTEIRO, p. 127.

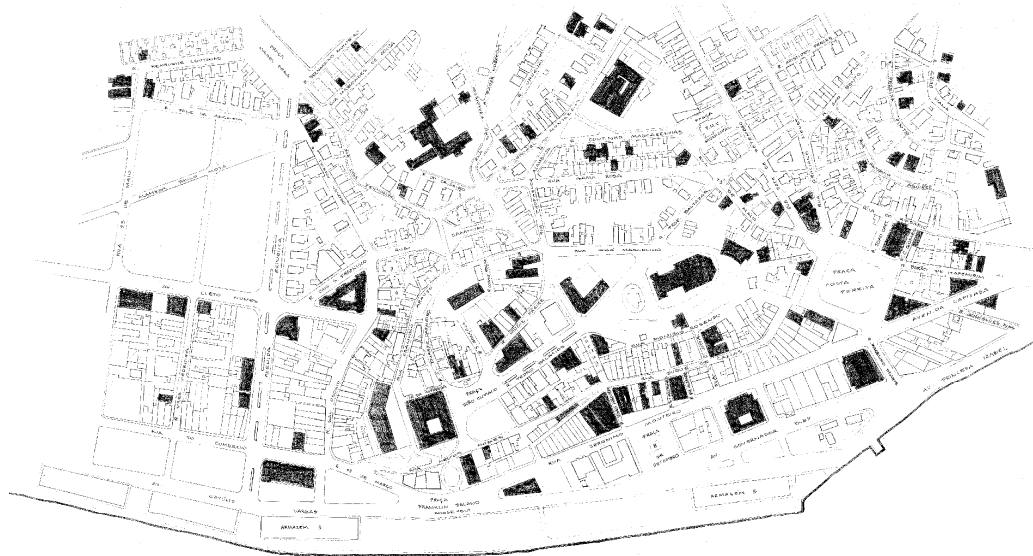


Figura 12 – Mapa de Evolução Urbana de Vitória de 1946. Fonte: PMV/SEDEC/GPU/CRU.

Na década seguinte intensificou-se a verticalização do Centro, o que gerou um modelo de planejamento guiado por leis. Por exemplo, a lei nº 351, de 1954, instituiu o Código Municipal de Vitória, estabelecendo o limite de 12 pavimentos para as edificações ali construídas. Esse processo de verticalização intensificou-se ao longo das décadas seguintes (1960 e 1970).

Esse fenômeno modificou completamente a silhueta da cidade (Centro). A cortina de concreto armado dos imensos edifícios impediu a visualização do Maciço Central, da região primitiva da cidade. Além disso, os galpões do Porto (agora os cinco) impediram a visualização e, principalmente, o contato dos moradores com o mar.



Figura 13 – Vitória em 2001. A linha vermelha mostra a silhueta da cidade e a linha verde demarca o contorno do Maciço Central encimado pelas torres de televisão. Diferente da silhueta inicial.

A partir da década de 1970, o Centro de Vitória começou a sofrer um esvaziamento, com o deslocamento do contingente (comercial e populacional) para a região norte de cidade. O Centro passou por um processo de abandono e com o tempo foi se deteriorando.

Na década de 1990, iniciou-se uma mobilização por parte dos órgãos governamentais em prol da Revitalização do Centro de Vitória. E parte desse intuito de revitalizar foi demonstrada na demarcação e na sinalização do Centro Histórico de Vitória. Com toda a história e o processo sofrido pelo Centro entende-se o motivo da delimitação do Centro Histórico de Vitória compreendendo do Forte São João até a Vila Rubim.

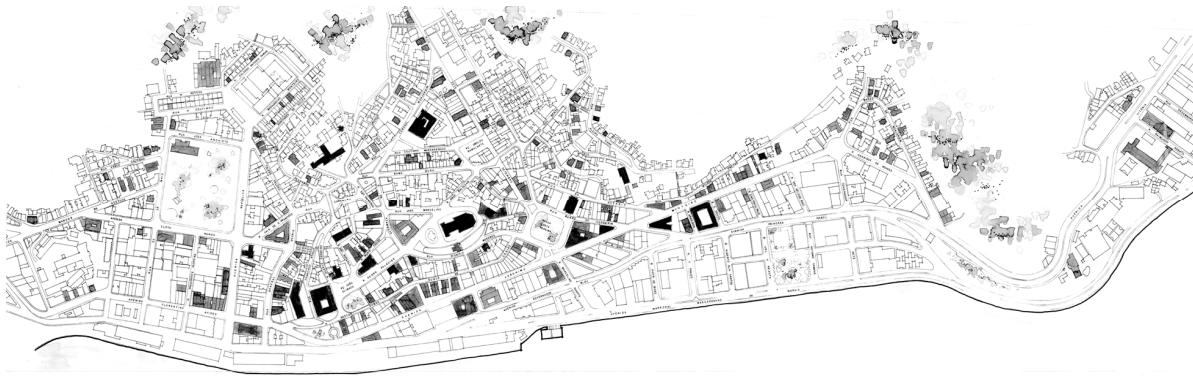


Figura 14 – Mapa de Evolução Urbana de Vitória de 1995. Fonte: PMV/SEDEC/GPU/CRU.

O núcleo populacional se desenvolveu e expandiu a partir da Cidade Alta em direção leste (Forte São João) e a oeste (Vila Rubim), ficando por muitos séculos compreendida em tais espaços limites, para depois, então, expandir-se para além desses marcos.

REFERÊNCIAS

DERENZI, Luiz. **Biografia de uma Ilha**. 2ª Ed. Vitória, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1995.

KLUG, Letícia Beccalli. **Vitória: sítio físico e paisagem**. Vitória: EDUFES, 2009.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 3ed, 2008.

LIMA JÚNIOR, Carlos Benevides. **Baía de Vitória: aspectos históricos e culturais**. Vitória: Editora Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, 1995.

MONTEIRO, Peter Ribon. **Vitória: cidade e presépio; os vazios visíveis da capital capixaba**. São Paulo: Annablume: Fapesp; Vitória: Facitec, 2008.

PIVA, Izabel M. da Penha. A Santa Casa de Misericórdia de Vitória: ação da irmandade no atendimento à pobreza em Vitória – ES (1850-1889). **Revista Ágora**, Vitória, nº2, 2005.

Disponível em: <
http://www.ufes.br/ppghis/agora/Documentos/Revista_2_PDFs/Izabel%20Piva.pdf >.

Acesso em: 01 set. 2010.

RUBIM, Francisco Alberto. **Memórias para servir à História até o ano de 1817**. Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1840.

SCHAYDER, José Pontes. **História do Espírito Santo: uma abordagem didática e atualizada – 1535-2002**. Campinas, SP: Companhia da Escola, 2002.

TSCHUDI, Johaan Jakob von. **Viagem à província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça 1860**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004.